

Resenha: Mineração, genealogia do desastre. O extrativismo na América como origem da Modernidade

Review: Mining, Genealogy of Disaster. Extractivism in America as the origin of Modernity

Reseña: Minería, genealogía del desastre. El extractivismo en América como origen de la Modernidad

O extrativismo mineral como catalisador e atividade indispensável para as injustiças sociais e naturais promovidas pelo capitalismo

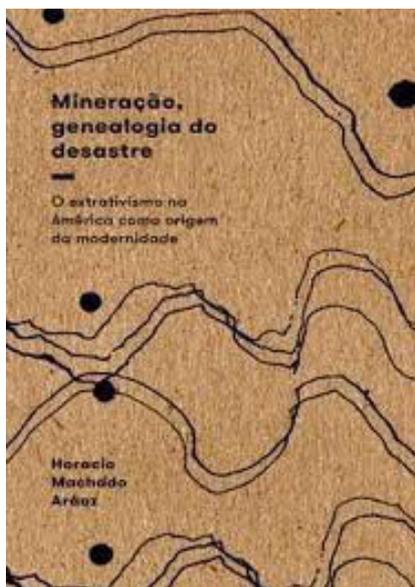
ARÁOZ, Horacio Machado. São Paulo: Editora Elefante, 2020. 324 p. ISBN: 9788593115462

Guilherme Pereira Cocato

<https://orcid.org/0000-0003-4462-8177>

guilhermecocato@gmail.com

Universidade Estadual Paulista, UNESP, Presidente Prudente, SP, Brasil



Em um contexto civilizatório em que se multiplicam os crimes ambientais como os de Mariana e Brumadinho, em Minas Gerais, especialmente na periferia do capitalismo, Horacio Machado Aráoz apresenta seu livro *Mineração, genealogia do desastre: o extrativismo na América como origem da modernidade*, detalhando o desenvolvimento histórico de uma série de violações e depredações ambientais que ocorreram no continente americano desde a colonização.

In a civilizing context in which environmental crimes such as Mariana and Brumadinho multiply, in Minas Gerais, especially in the periphery of capitalism, Horacio Machado Aráoz presents his book *Mineração, genealogy of disaster: extractivism in America as the origin of modernity*, detailing the historical development of a series of environmental violations and depredations that have occurred on the American continent since colonization.

En un contexto civilizatorio en el que se multiplican crímenes ambientales como Mariana y Brumadinho, en Minas Gerais, especialmente en la periferia del capitalismo, Horacio Machado Aráoz presenta su libro *Mineração, genealogía del desastre: el extractivismo en América como origen de la modernidad*, detallando el desarrollo histórico de una serie de violaciones y depredaciones ambientales que han ocurrido en el continente americano desde la colonización.

Horacio Machado Aráoz é doutor em ciências humanas e professor da Universidade Nacional de Catamarca, na Argentina. É pesquisador do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO) e do Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET) da Argentina. Também faz parte do Colectivo de Investigación de Ecología Política del Sur.

Sua obra afirma que rupturas de barragens como as que vimos acontecer nos últimos anos, com extensa degradação natural e perdas de vidas (humanas ou não), não são exceções no movimento de acumulação capitalista, mas somente mais um passo infeliz de uma caminhada que se iniciou há mais de 500 anos e que, desde então, traçou limitações e perspectivas excludentes para povos e territórios que ousaram viver de maneira alternativa ao modo de produção vigente.

Fundamentalmente, Aráoz discute a violência da atividade mineradora e os traumas que dela decorrem. Violência que sangra lugares e pessoas, que resulta em crimes mascarados de “acidentes” ou “tragédias”. Crimes que são mais comuns nos espaços geográficos mais vulneráveis, assim delimitados pelas trocas econômicas desiguais que priorizam alguns espaços luminosos e ignoram outros que se tornam opacos, como bem definiram Santos e Silveira (2001).

No contexto latino-americano, os habitantes das regiões exploradas e colonizadas pelas potências europeias se acostumaram a normalizar o extrativismo que abre brechas na terra, que contamina, abusa e empobrece o solo e a biodiversidade, em troca de um suposto desenvolvimento econômico, noção importada que coloca o modo de vida consumista sob o capital como a única trilha percorrível. Nos habituamos a exaltar as “nossas riquezas naturais”, que tantos países e empresas do mundo almejam, sem pensar duas vezes os porquês dessa necessidade de afirmar sua posse ou de construirmos toda uma nação sobre a herança primário-exportadora.

Como abordou Galeano (2012), a presença abundante de elementos naturais tidos como riquezas econômicas imprescindíveis para o processo produtivo e para a circulação de capital nos países dominantes ocasionou a sujeição das colônias a esse sistema, especialmente no chamado Sul global. No entanto, como mostram Acosta (2016) e Aráoz, não podemos cair em um determinismo geográfico que iguala a conformação geofísica de uma localidade com as possibilidades socioeconômicas de seu futuro. Para isso, é necessário que analisemos o desenvolvimento histórico e a produção espacial dos territórios na constante interrelação entre os ambientes e seus habitantes. O que produz um espaço e como ele é produzido decorre das práticas sociais que o permeiam (Lefebvre, 2000; Santos, 2013). Assim, o que produz países e economias em perpétuo estado de subordinação, dependentes do extrativismo mineral que afeta negativamente suas terras e sociabilidades, é o modo exacerbado como alguns elementos materiais são valorizados e comercializados no capitalismo, com destaque para a sobreposição de valores de troca artificiais à valores de uso bem mais palpáveis.

O mito colonizador do explorador e do bandeirante é repassado de geração em geração como um exemplo a ser seguido, de coragem e determinação. O que não é tratado, geralmente, é que essa figura heroica foi uma das grandes responsáveis por fazer iniciar e

fazer cumprir os ciclos de exploração, roubo e pilhagem que se estendem até os dias atuais. Nenhum representante político dos povos latino-americanos, que alcance certo patamar de notoriedade perante a mídia e o público em geral, ousa questionar essas figuras ou a dependência da economia e da subjetividade nacional perante o extrativismo mineral, de petróleo, de biodiversidade ou dos latifúndios agropecuários.

O “consenso das *commodities*”, como definiu Svampa (2019), a partir do início do século XXI, mostrou que governos tidos como progressistas não romperam com essa lógica de transferência dos elementos naturais e da produção e extração de matérias-primas para o centro do capitalismo. Pelo contrário, deram sequência, em um grau de maior gravidade, à exploração colonial, aos abusos das elites nacionais, aos autoritarismos dos governos militares e à subordinação das frágeis democracias que se sucederam. Todas essas formas de governo, de Estado e de representação política compactuaram e serviram ao poder imperialista sedento por maiores taxas de acumulação e extração de mais-valor, seja através do trabalho escravo, por regimes de colonato ou assalariamento.

Os governos latino-americanos, pautados na defesa do “desenvolvimento” a qualquer custo, sempre entregaram o patrimônio natural e submeteram seus povos às maiores atrocidades que os ideais de progresso e modernidade puderam formular. Ainda pior, atualmente, impõem agendas neoliberais de “ajustes estruturais”, cortes de gastos, diminuição de serviços estatais, entrega de espaços ao capital privado e disseminação das noções de competitividade e mercantilização a todas as esferas da vida (Dardot & Laval, 2016).

Nesse sentido, a atividade mineradora nunca perdeu força, mesmo com as transformações superficiais da dinâmica capitalista. Tida como parte de uma possível solução para o subdesenvolvimento que assola os países periféricos, sempre foi uma atividade produtiva incentivada e ampliada, em escala territorial e intensidade de intervenção. É por isso que Araújo traça uma ligação entre o período colonial e o período moderno ou contemporâneo. O elo é justamente a exploração ambiental e o caráter primário-exportador que conectou as periferias aos centros do sistema. Como parte primordial dessa exploração, a mineração e a degradação ambiental por ela causada merecem o destaque concedido por essa obra.

Nas palavras do autor, a mineração é uma forma extrema de extrativismo, condição essencial para a formulação do ideal de modernidade no qual surgiu o modo de produção capitalista e o seu regime de trocas socioespaciais e econômicas que afetaram gravemente o destino da humanidade dali em diante. Pela elevação dos minerais a um estado quase divino de adoração, proporcionado pela valorização capitalista, dá-se início a uma era em que o ser humano não somente possui a capacidade de influenciar todos os processos biológicos e geográficos do planeta, mas uma era em que os interesses que movem a nossa espécie se separam das nossas necessidades básicas e mais imediatas, passando a serem quase que exclusivamente artificiais e egoístas. É o período do Capitaloceno, termo usados por diversos autores e autoras, que representa a deterioração e a perversão das relações sociedade-natureza inauguradas pela modernidade.

Como consequências concretas do Capitaloceno, ficam nos territórios as marcas da mineração, as contaminações, a desertificação e a perda de espécies. A alteração violenta de paisagens que revertem o seu ciclo natural e acumulam rejeitos tóxicos a céu aberto

e precariamente contidos. Rejeitos como os que inundaram Mariana e Brumadinho em Minas Gerais e que, infelizmente, veremos correr novamente em algum local diferente do país e do planeta. Além disso, também como heranças do modo de vida consumista, insustentável e supostamente desenvolvido, avançam as doenças em seres humanos e animais, a proliferação de más formações e prejuízos neurológicos. E por quais razões? O que esse modelo econômico-político e esse tipo de atividade extrativa trouxeram em tantos séculos de degradação social e natural?

As desigualdades socioeconômicas continuam altas na quase totalidade dos países do mundo, principalmente os periféricos. Os índices de devastação natural ultrapassam todos os limites aceitáveis, se quisermos manter certo equilíbrio biogeofísico nos processos que formam a dinâmica planetária de sustentação a todas as formas de vida. No atual momento neoliberal, Aráoz descreve o agravamento dos impactos da mineração em diversos países latino-americanos, com a onda de privatizações das empresas mineradoras, antes estatais. Onda que foi guiada pelo Chile a partir do golpe de Pinochet, em 1973, contra o governo eleito de Salvador Allende.

No caso brasileiro, temos os acontecimentos recentes com a empresa Vale, antiga Companhia Vale do Rio Doce, hoje comandada exclusivamente pelo capital privado, tendo sua atuação orientada pela demanda externa de minérios, mas sem se preocupar com os interesses nacionais ou com as consequências socioambientais terríveis deixadas nos territórios explorados e no povo brasileiro. Os exemplos são muitos e, como mencionado anteriormente, tanto governos ditos de esquerda quanto os de direita promoveram suas respectivas políticas econômicas amplamente lastreadas pela mineração. São os casos de Rafael Correa no Equador, Kirchner na Argentina, Chávez na Venezuela e Lula no Brasil – considerados partes da “onda progressista” –, e de Santos na Colômbia e Humala no Peru, mais à direita.

Ao invés da atividade mineira ser avaliada como mais uma possibilidade produtiva para o investimento ou não das capacidades do país, na periferia do capitalismo a mineração é tratada como uma consequência e um atalho natural e óbvio para o crescimento e o alcance do ideal moderno de desenvolvimento. Independentemente das motivações e desdobramentos dessa atividade, a mineração é tida como o progresso em movimento, em especial na subjetividade dos povos que a vivenciam. Na realidade material, os benefícios são traduzidos somente para os lucros financeiros das empresas e para os países centrais que recebem os minerais extraídos e deles se aproveitam.

Como um prêmio de consolação, nos vangloriamos de também podermos desfrutar de maravilhas técnicas da vida urbana moderna, como carros, celulares, mercadorias manufaturadas etc. Não que esses não sejam produtos importantes para a sociedade atual, mas Aráoz nos instiga a perguntar o quanto essa situação está realmente nos beneficiando, em termos de uma vida digna, menos desigual e com maiores alternativas reais de aproveitamento das capacidades que possuímos. Da mesma maneira, devemos pensar em quais violências estão sendo ocultados, negligenciadas ou simplesmente diminuídas em sua verdadeira importância para o nosso cotidiano e para o nosso futuro.

É preciso repensar a lógica societária que define o extrativismo descontrolado – mesmo que mitigado pelas insuficientes legislações ambientais –, e particularmente a mineração, como uma atividade exploratória incontestável, uma política que está além de diferentes perspectivas econômicas, tendências governamentais ou mesmo de Estados. Uma atividade que está intimamente relacionada à reprodução do modo capitalista de produção, com óbvia dependência dos países periféricos em prol dos centros geográficos do capitalismo, hoje localizados na Europa, Estados Unidos, Japão e China.

Em consonância com Acosta e Brand (2018), que colocam o pós-extrativismo e o decrescimento como noções essenciais para a superação do capitalismo, é indispensável que utilizemos o conteúdo discutido por Aráoz para esmiuçar a transferência desigual de recursos e minerais da periferia para o centro do sistema, propondo alternativas que reduzam tanto a ilusão de que é possível um crescimento econômico interminável – formulando, portanto, um decrescimento socioeconômico que não diminua a qualidade de vida, mas a eleve nas localidades mais vulneráveis – quanto a intensidade e a escala das explorações minerais, atacando o paradigma extrativista que ainda prevalece como hegemônico nas periferias do mundo.

A sociedade capitalista – desigual e excludente, contraditória e degradante em seu próprio cerne – teve suas bases construídas sobre os ideais de modernidade, progresso e crescimento econômico irrefreável, que se materializaram em objetos e construções compostas eminentemente de minerais retirados da terra. Nesse processo, aceleraram-se os níveis de exploração da natureza e dos seres vivos até os limites fisicamente possíveis. Se quisermos reverter esse estado e traçarmos um novo horizonte civilizatório, a mineração e todas as suas especificidades devem ser retiradas da posição de protagonista. Por esse ângulo, a obra *Mineração, genealogia do desastre...* é incontornável.

REFERÊNCIAS

- Acosta, A. (2016). *O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos*. São Paulo: Elefante.
- Acosta, A., & Brand, U. (2018). *Pós-extrativismo e decrescimento: saídas do labirinto capitalista*. São Paulo: Elefante.
- Dardot, P., & Laval, C. (2016). *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo.
- Galeano, E. (2012). *As veias abertas da América Latina*. Porto Alegre: L&PM.
- Lefebvre, H. (2000). *La production de l'espace*. 4 ed. Paris: Éditions Anthropos.
- Santos, M. (2013). *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional*. 5. ed. São Paulo: EdUSP.
- Santos, M., & Silveira, M.L. (2001). *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record.
- Svampa, M. (2019). *As fronteiras do neoextrativismo na América Latina: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências*. São Paulo: Elefante.

Recebido em 11/ago./2021

Versão corrigida recebida em 25/set./2021

Aceito em 28/set./2021

Publicado online em 15/fev./2022